

Semiótica crítica: fundamentos epistemológicos e percursos da pesquisa

Alexandre Rocha da Silva
André Corrêa da Silva de Araujo
Cássio de Borba Lucas
Ione Maria Ghislene Bentz
Lizete Dias de Oliveira
Marcio Telles da Silveira
Regiane Miranda de Oliveira Nakagawa

O Grupo de Pesquisa Semiótica e Culturas da Comunicação (GPESC), criado em 2009, tornou-se Diretório de Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) em 2010, envolvendo nove pesquisadores de seis diferentes instituições: Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Universidade do Vale do Rio Sinos (UNISINOS), Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), Universidade São Judas Tadeu (USJT), Universidade de Brasília (UNB), Universidade de Passo Fundo (UPF). Reunido em núcleos de pesquisa: Semiótica Crítica, *Design* Estratégico, Memória e Informação e Corporalidades, o GPESC propõe o debate e o questionamento acerca das linguagens voltadas à comunicação, em diferentes práticas disciplinares, metodológicas, estéticas e políticas.

O primeiro desafio do GPESC foi revisitar os fundamentos da Semiótica encontrados no Formalismo, no Estruturalismo, no Pragmaticismo, à luz das críticas pós-estruturalistas de pensadores como Michel Foucault, Jacques Derrida, Gilles Deleuze, Félix Guattari e Bruno Latour. Inspirados por tais vieses epistemológicos, o grupo tem produzido problemáticas propriamente semióticas, cujo balizamento são os agenciamentos micropolíticos que produzem as máquinas abstratas, seus impactos sobre as afecções e o primado do acontecimento; os problemas de tradução como questão de comunicação e sobre a metacomunicação como espaço (limite e potencialidade) do que se faz visível e enunciável. Assim, neste artigo, objetivamos apresentar uma breve síntese desses referenciais, na tentativa de elucidar o conjunto de questões que têm norteado os trabalhos desenvolvidos pelos pesquisadores do GPESC.

O Estruturalismo na Semiótica Crítica

No início do século XX, surge na Rússia uma influente escola de crítica literária conhecida como “Formalismo Russo”, segundo a qual ficavam estabelecidos os princípios da especificidade e da autonomia da linguagem poética e literária, pelo conceito de literalidade, proposta que dá início a uma verdadeira revolução científica no campo de estudos da língua e da literatura, até então pautadas, historicamente, pela visão de língua e cultura e de língua e literatura. A esses novos princípios correspondeu a proposta de abordagem das ciências humanas por métodos científicos. Essa escola de pensamento deu origem a modelos diferenciados cujo objetivo era a descrição dos sistemas linguísticos em suas regularidades e regras de operação, na dimensão formal, sintagmática e sincrônica. Termos como estrutura e estruturante pautaram as discussões e a busca pela diferença (operações entre traços mínimos e enunciados maiores) orientou a metodologia de análise dos processos de significação. A riqueza dessa discussão deriva da inovação que trazia aos estudos das línguas e das literaturas e das ressignificações de que foram objeto as primeiras formulações conceituais.

Na esteira dos conceitos de pluralidade e de combinatória sistêmica, o que se pode dizer é que o postulado da inteligibilidade intrínseca apresenta pelo menos dois aspectos comuns: a noção de estrutura abrangente, dinâmica e autorreferente e as transformações possíveis, combinatórias previsíveis no sistema as quais lhe garantem o caráter de totalidade. Assim se expressa Eduardo Prado Coelho (1968, p. X):

O 'Estruturalismo' – palavra encantada e enigmática que para alguns aparece como nova alienação - não designa um objeto preciso, definido, mas é o termo conveniente e indispensável, para englobar um certo tipo de actividade (segundo Barthes) e uma certa forma de linguagem. O 'Estruturalismo' não é propriamente uma filosofia. Ou melhor: contém implícitas várias filosofias, que inevitavelmente se explicitam, por vezes de um modo contraditório, neste ou naquele autor.

Para melhor referir a natureza das transformações que então se processavam, nada melhor que remeter às propostas saussureanas, reconhecidas pela literatura especializada como a primeira experiência de descrição rigorosa de uma realidade social, no caso, a língua natural. Essa perspectiva estendeu-se a outros campos da produção humana e englobou vários outros sistemas que correspondem às instituições sociais e seu funcionamento que, em seu escopo mais amplo, vai da língua aos regimes políticos e às práticas cotidianas, das regras sociais aos rituais e mitos que representam o sentir, o saber e o fazer humanos.

Os Estruturalismos têm a pretensão de buscar a inteligibilidade e transitar por conceitos filosóficos, epistemológicos e operacionais. Por esses caminhos, pretendem chegar a uma gramática geral do conhecimento humano cujas regularidades sistêmicas responderiam aos dos modos de pensar e ao aparecimento e desenvolvimento dos fenômenos culturais ou naturais. Essa ordem de racionalidade parte de noções configuradoras do sistema como totalidade, solidariedade e autonomia, e opera metodologicamente por identificação de descontinuidades e por descrição de diferenças de ordem signi-

ficativa, em busca de combinatórias e permutas intrasistêmicas, sempre na perspectiva relacional.

Trata-se de uma ciência em busca de uma gramática geral. O ponto de partida de suas reflexões é a consciência da individualidade absoluta, única, de cada ato expressivo, a que ele chama de fala; no interior de um mesmo saber, os falantes sabem que a cada repetição de uma mesma frase há toda uma variação, ou seja, “réplicas de uma mesma entidade”, definidas essas entidades linguísticas como abstratas. Por outro lado, o caráter sistêmico da língua impõe à linguística uma atitude sistemática que se articula pelo valor, ou seja, que articula todas as associações opositivas possíveis e todas as possibilidades de combinação sintagmática. O caráter sistêmico da língua impõe que a linguística desenvolva suas pesquisas sobre o plano onde coexistem as diferentes unidades e estruturas possíveis, isto é, sobre o plano da contemporaneidade e da coexistência relacional.

Esse conjunto de formulações deixa evidente o aspecto radicalmente social da língua, e permite estender esse paradigma às demais ciências humanas ou sociais. Foi assim na antropologia de Lévi-Strauss (2008, p. 37), para quem “qualquer pormenor de cultura tem sentido em uma totalidade significativa”, e que passou a usar na etnologia, técnicas e regras elaboradas pela linguística. Parentesco e mitos foram temas explorados a partir dessa perspectiva, resultando, respectivamente, na descrição das estruturas elementares do parentesco e na compreensão do mito como sistema. O parentesco foi, assim, considerado como uma linguagem, feita de oposições e de relações entre seus elementos constitutivos. Tais tipos de relações, por sua natureza social, postulam limitações cujos termos, por incompatibilidade, produzem exclusões, mas também inclusões necessárias. Vem daí a inspiração: “o fim último das ciências humanas não é constituir o homem, mas dissolvê-lo”. (LÉVI-STRAUSS, 2008, p. 74) No âmbito da psicanálise, Lacan (1998) valoriza a linguagem a ponto de quase a ela reduzir a cultura. Portanto, a matéria de trabalho psicanalítico é a linguagem, na busca da decifração do inconsciente que é estruturado como uma linguagem. Piaget (1971), por sua vez, é responsável por uma das formas de apropriação das teses estruturalistas pela Psicologia, com repercussão marcante na área da educação. Esse processamento resul-

tou da fusão entre as teorias existentes, uma vez que não se alinha nem ao apriorismo, nem ao empirismo como formas de explicação dos modos de conhecer. A linguagem como instituição coletiva possui regras que se impõem aos indivíduos de tal sorte que submetem o próprio pensamento individual.

O que se pretende aqui é migrar desse ponto de origem na linguística para o campo da semântica das linguagens que corresponde ao nível da substância da expressão e do conteúdo a contrapor-se ao nível da forma da expressão e do conteúdo, de responsabilidade da Semiótica. Amplia-se, assim, o escopo da Semiótica que passa a englobar todos os sistemas de significação, independente da substância (verbal, gráfica, imagética, sonora, táctil, olfativa, visual, entre outras). É pela Semiótica que o Estruturalismo, já revisionado, chega à comunicação para pesquisar sistemas de significação e de comunicação, processos midiáticos, linguagens digitais e práticas socioculturais e políticas relevantes para esse campo. O conjunto de todo o conhecimento crítico-reflexivo inspirado no paradigma estrutural recebeu a denominação de pós-estruturalismo, termo suficientemente abrangente para referir esse novo paradigma de diversidade crítica.

Nesse sentido, o projeto Semiótica Crítica reconhece o campo teórico pós-estruturalista (pós-estruturalismos revisitados) como lugar de origem para estudos críticos da comunicação como acontecimento. Essa perspectiva filia-se ao que Silva e Araújo (2015) chamam de: terceira geração da Semiótica, sendo a primeira identificada com a “descoberta” da Semiótica no século XX, com Peirce e Saussure, e a segunda com o desenvolvimento das mais diversas classificações de signos e de modelos explicativos gerais, na perspectiva de Barthes, Hjelmslev, Greimas, Lotman, Eco. A esta terceira geração, influenciada pelo pensamento de Derrida, Deleuze, Foucault e Latour, denominamos Semiótica Crítica. Entre os conceitos desenvolvidos por esses autores, aparecem como relevantes para o desenvolvimento do pensamento semiótico sobre as materialidades, respectivamente, o jogo e a desconstrução; os agenciamentos maquínicos do desejo e coletivos de enunciação; os regimes de visibilidade e de dizibilidade; as variáveis não humanas na produção científica e o anti-humanismo. A esses, acrescentam-se a revisão da ideia de estrutura concebida como virtualidade, e de materialidade, revista na direção de uma imanência radical.

Nessa direção, recorre-se a Deleuze (2010) para expor, de modo sumariado, os critérios fundamentais relevantes à Semiótica Crítica que definem o pensamento estrutural. O primeiro deles é o “simbólico”, compreendido como fonte inseparável da interpretação e da criação viva. Essa posição de ordem simbólica é irreduzível às ordens do real e do imaginário, e é mais profunda do que elas; o segundo é o “local” (relativo à posição) que corresponde à noção de que os elementos de uma estrutura não têm nem designação extrínseca, nem significação intrínseca, ou seja, eles têm somente um sentido de posição, como único e necessário. A ambição científica do Estruturalismo não é quantitativa, mas topológica e relacional; o terceiro critério é “o diferencial e o singular”. Segundo esse critério, os elementos não existem independentemente das relações que produzem e determinam. Nesse sentido, há três tipos de relações:

- entre elementos que gozam de independência ou autonomia;
- entre termos cujo valor não é especificado, mas que, em cada caso, devem ter um valor determinado; e
- entre elementos que se determinam reciprocamente na relação.

Em síntese, a estrutura apresenta um sistema de relações diferenciais e um sistema de singularidades. Assim, a estrutura caracteriza-se pela multiplicidade. Como quarto critério, está “o diferenciador, a diferenciação”, segundo o qual as estruturas são necessariamente inconscientes, em virtude dos elementos, das relações e dos pontos que as compõem. O quinto critério é o “serial”, o que exige o reconhecimento de que sempre há uma série significante e outra significada que mantêm relações de interdependência estrutural. Como último critério está a “casa vazia”. Quem garante essa posição é a existência de significados flutuantes, de valor simbólico zero. Esse sentido mutante tem como contraponto o não-sentido que não é a ausência de significação, mas seu contrário, ou seja, o excesso de sentido.

Enfim, o Estruturalismo, ou os vários Estruturalismos, representaram um marco na evolução dos estudos sobre a linguagem e, sobretudo, naquilo que repercutiu em diversas outras áreas de conhecimento para as quais a linguagem tinha centralidade. Desde seus textos fundadores, esse tipo de pen-

samento vem-se transformando pelas diversas reinterpretações que lhes conferiram pertinência e atualidade.

Semiótica, afecção e acontecimento

Uma das reinterpretações relevantes para o estudo de uma Semiótica Crítica refere-se ao estatuto das afecções e do acontecimento afecional. Sendo a sensação fisiológica e o sentimento sendo mental; o sentido produzido pelo cruzamento flutuante das séries acima referidas é tanto a faculdade de perceber de um órgão, por um lado, quanto o significado de um elemento do mundo, por outro. Numa Semiótica cujo primado é o do acontecimento, entendido como o choque entre corpos – sendo corpo qualquer entidade, concreta ou abstrata, capaz de entrar em relação com outra – o sentido advém do jogo estrutural que coloca duas séries – a significada e a significante – em relação. A perspectiva a partir da qual abordaremos aqui este jogo é a afecional.

Assim, aquilo a que chamamos de afecto não é apenas emoção, nem uma configuração discursiva, extensiva ou intensiva. Afecto é sempre o efeito, é signo de uma afecção, entendida como este encontro entre corpos do qual falávamos. Logo, é produção de diferença. Mas os encontros, eles mesmos, ocorrem sempre em dupla articulação entre os signos que se territorializam na superfície dos corpos (por isso a Semiótica Crítica é uma semiótica das superfícies) e as linhas de fuga que se desterritorializam podendo reterritorializarem-se em diferentes corpos, afetando-os.

Sendo os signos efeitos, eles não têm como referente direto objetos externos, mas são estados de corpos e variações de potência que se referem uns aos outros. Não há signos onde não há encontro entre corpos. Não pode haver semiótica fora de um regime afectivo, ou, se assim podemos chamá-lo, fenomenológico. O universo é formado por corpos que se misturam uns com os outros. Nenhum signo pode ser redutível a qualquer outro: é sempre ao menos um duplo na superfície do corpo, modulando as variações de potência decorrentes do choque. Não há sentido que transcenda estes choques; só há regime de significação na imanência do acontecimento.

Por isso, para a Semiótica Crítica, é o acontecimento, resultante dessa mistura afecional de corpos, que instaura a comunicação: todo encontro entre corpos é um acontecimento e precisa ser descrito, abordado, cercado enquanto tal. Sensações, ideias, coisas, corpos, humanos e não-humanos agenciam-se mutuamente, das formas mais diversas, formando híbridos os mais curiosos e também os mais corriqueiros. Atualizar estes encontros em uma rede de relações, de forma diagramática, sempre em um determinado tempo-espaço é o trabalho do pesquisador – sem perder de vista, todavia, que tal organização é tanto fugaz quanto circunstancial.

O Pragmaticismo e a Semiótica Crítica

Para compreender o estatuto semiótico do movimento e do acontecimento, recorreremos aos fundamentos do Pragmaticismo, tal qual elaborado por Charles Sanders Peirce (1978). Para ele, a ação dos signos, chamada de semiose, está na natureza, não como essência tal qual afirma a ontologia aristotélica, mas em forma de relação transformada pelo movimento, em uma cadeia infinita sem início ou final reconhecíveis.

Já no século XIX, Charles Darwin (2014) identificara duas ações de signos na transformação das espécies: a Seleção Natural e a Seleção Sexual. A Seleção Natural explica a leitura dos signos do meio ambiente na busca de alimentos que se transformam em energia que se transformará em movimento ou em matéria. Outra ação dos signos é explicada pela Seleção Sexual quando, através de linguagem, seduzem-se os parceiros para a transmissão de imagens, em uma cadeia geracional modificada em cada indivíduo que nasce com novos parâmetros de captação da informação de acordo com as possibilidades do meio ambiente e dos artefatos de cada época. A sedução pelas linguagens são Primeiridades no Futuro do Passado projetando a criação de seres ainda não concebidos que nascem com infinitas possibilidades de atualização. No caso do *Homo sapiens*, signos chegados do passado acionados por Estímulos Emocionalmente Competentes (EEC) sintetizam memórias que são projetadas ao futuro. As memórias são armazenadas em “bibliotecas” cujos livros foram escritos com os traços e as cores da emoção do Pretérito

Simples e que, quando retirados das estantes reescrevem-se com os tons das emoções e dos sentimentos do Presente, em uma cadeia infinita de semiose.

O contínuo matéria-pensamento através do objeto imediato assim se define: O objeto imediato é um quase-signo que relaciona os sensores corporais com a cognição. Corpos transformam-se pela ação do tempo, criando rugas, rachaduras, oxidações, quebras de ligações. O Enxofre (S) é um elemento essencial para a vida, inodoro no seu estado sólido, mas cujo cheiro é representado culturalmente como um índice do Diabo, provavelmente por ser encontrado nas profundezas abissais dos vulcões, apesar de ser formado pelas radiações cósmicas que transformam o Argônio (Ar) em Enxofre. O Ferro (Fe), antigo mineral que é transformado na matéria de artefatos, com a ação do tempo transforma-se novamente em mineral em uma cadeia contínua. Assim como no mundo em escala quântica, onde não existe uma posição definida para os elétrons dos átomos dos elementos, o Pragmaticismo reconhece ação nas relações. Se a matéria é energia adensada e a energia é matéria em movimento, a ação está na relação de fragilidade das ligações iônicas que se rompem com facilidade pelas transferências dos elétrons de um átomo ao outro, quando um perde, outro ganha. Essa ação está na força das ligações covalentes nas quais os átomos compartilham seus elétrons, de forma colaborativa e onde se pode identificar, na matéria, a ideia de amor evolutivo preconizada por Peirce no final de sua vida. Essa ideia de força das ligações também aparece como essencial no projeto de uma Semiótica Crítica, tal qual a concebemos.

O Argônio e o Ferro são elementos presentes na Tabela Periódica de Mendeleiev, que foi criada no século XIX, contemporânea do Pragmaticismo e seguida pela Classificação dos Signos de Peirce. As classificações dependem da relação estabelecida com o mundo. Na Tabela Periódica, por exemplo, os elementos do mundo são ordenados de acordo com seu peso atômico, onde cada linha corresponde a diferentes níveis quânticos dos elétrons. Atualmente, a mesma relação entre os elementos é representada em forma de um espiral na Galáxia Química, onde os elementos de menor número atômico estão representados próximos do centro. Se na Tabela Periódica havia lacunas para elementos ainda não descobertos, na Galáxia Química, próximo ao

centro, está representada uma interrogação. Do mesmo modo, a Classificação Decimal Universal (CDU), cuja proposta é classificar todo o conhecimento humano, reserva a Classe 4 que permanece à espera do conhecimento ainda desconhecido, do indeterminado, do ainda não existente, do que está por vir. A indeterminação, as lacunas, as dúvidas e o indefinido estão presentes em todos os campos do conhecimento, da Química à Ciência da Informação o Falibilismo é reconhecido. A dúvida é aplacada por este estado de repouso momentâneo do pensamento a que chamamos crença. Mas, sendo formado de signos, o pensamento transforma a crença em dúvida a partir da ação dos sentidos ou das memórias, até que se refugie novamente no repouso confortável de uma nova crença, ela também transitória. Assim, a transitoriedade do olhar é sempre uma função: eis novamente a relação como um dos fundamentos tanto da Teoria Quântica quanto da Semiótica Crítica.

Outro conceito fundamental à Semiótica Crítica derivado do Pragmatismo é o de Semiose. Na natureza, assim como na linguagem, signos que outrora foram transformados em Interpretantes transformam-se em novos Signos, em uma cadeia infinita, sem início e sem final. Início e fim são miragens porque a cadeia da semiose é infinita e está em contínua expansão. A (im)possibilidade de haver algum final, e mesmo alguma origem, aproxima Peirce de Derrida e da Semiótica Crítica: o que temos são rastros e uma vontade de verdade que, se alcançável, teria a forma de um Interpretante Final. A descrição de tais rastros faz da Semiótica, na perspectiva que aqui defendemos, uma Semiótica Crítica

Embora a perspectiva peirceana seja de natureza lógico-matemática, ela trouxe relevante contribuição para os nossos estudos, complementarmente ao proposto pelo paradigma estrutural. Como projeto, entende a experiência como abertura para o futuro, ou seja, como possibilidade de fundamentar a previsão, não em confronto com a experiência passada, mas em relação com o possível uso futuro dessa experiência. Esse Pragmatismo apresenta princípios que fundamentam uma Semiótica com alto grau de abstração, generalização e sistematização teórica que permitem a compreensão dos diferentes sistemas de linguagem em seus diferentes níveis, bem como de seus ambientes.

As semioses do ambiente e suas redes discursivas

A Semiótica Crítica pode abordar, por exemplo, as semioses em diferentes direções: na direção dos agenciamentos metacomunicativos, dos agenciamentos discursivos e das relações entre os ambientes e seus contra-ambientes.

Para Marshall McLuhan (2007), todo novo meio de comunicação inaugura junto de si um ambiente comunicacional, o que permite que esse meio funcione estruturando uma dada sociedade. Esse ambiente, cuja configuração é resultado direto da materialidade do novo meio, é um exemplo de nível metacomunicativo. Como bem aponta Machado (2014, p. 60),

o ponto significativo na hipótese de McLuhan se traduz no seu entendimento de que o modo de produzir informação interfere na maneira pela qual a informação é percebida e compreendida culturalmente. Nesse caso, a tecnologia coloca-se a serviço da linguagem como processo de significação. O efeito revela-se, por conseguinte, como instrumento a transformar a informação em linguagem e esta em veículo de percepção e conhecimento.

Há, portanto, uma relação íntima e indissociável entre materialidade, comunicação e linguagem, pois é justamente a materialidade da tecnologia que abre a possibilidade de tornar diferentes aspectos do mundo cognoscíveis através da linguagem. Entretanto, a forma com que tal linguagem toma corpo é necessariamente decorrente dos modos de operação dessa tecnologia. O ambiente, para McLuhan (2007), enquanto nível metacomunicativo, é essa articulação que possibilita a abertura do mundo enquanto linguagem através de suas propriedades materiais.

A linguagem está no centro da dinâmica ambiental, sempre compreendida como processo em contínua transformação. Compreender essa dinâmica implica, pois, dar conta “das diferentes formações perceptuais e cognitivas utilizadas nos processos de trocas e de convivências, merecidamente, denominadas ‘linguagens da comunicação’”. (MACHADO, 2014, p. 60) Ou seja,

há na interação entre aparato tecnológico, informação, sociedade e mensagem, uma complexa dinâmica de tradução, sendo essa dinâmica aquilo a que podemos chamar de processo comunicativo. As dinâmicas próprias de um meio são responsáveis por determinar “a maneira pela qual a informação é processada para se tornar linguagem” (MACHADO, 2014, p. 61), e expressam o processo em que “o tratamento da informação foi traduzido em termos do meio, o qual produz, por sua vez, um efeito decisivo sobre a mensagem”. (MACHADO, 2014 p. 63)

O que McLuhan, através de Machado, está chamando atenção aqui é justamente para o fato de que não há como compreender a linguagem separada do ambiente no qual ela é utilizada - ou, nos termos que aqui estamos tratando, sem a existência de um nível metacomunicativo. Toda a linguagem é forjada no interior de um arranjo material complexo, que abre (ou limita) suas possibilidades de expressão. Por isso, McLuhan (2007) compreende que aquilo que conhecemos do mundo ou o que dele podemos expressar é necessariamente mediado por um agenciamento que pouco tem a ver com nossa “interioridade” ou “consciência”, mas, sim, com padrões e sistemas exteriores a nós mesmos, que moldam o nosso estar no mundo. Todas as formas tecnológicas transformam a nossa linguagem e, por conseguinte, aquilo que podemos perceber do mundo. Não pensamos ou nos expressamos da mesma maneira depois que o modo de produzir, armazenar e distribuir informação é transformado por uma tecnologia. Entretanto, é justamente nessa articulação entre tecnologia e linguagem que reside aquilo que McLuhan (2007) chama de ambientes: as transformações que essa relação opera sobre o mundo e sobre nós mesmos. Ou seja, há uma ordem sistemática que regula a produção, circulação e recepção das mensagens no interior da sociedade, que de forma alguma é aparente. Esse sistema é o nível metacomunicativo, que McLuhan (2007) compreende como ambiente, responsável por configurar e regular não apenas o que se fala, mas também do que se pode falar e como falar. A invisibilidade desse nível metacomunicativo é o que o torna efetivo, pois os seus limites expressivos são a nossa própria compreensão do que pode ser chamado de expressão ou de pensamento.

Essa noção de que a medialidade é quase um “limite do pensar” é interessante, pois levanta questões teóricas determinantes. A primeira delas, certamente, relaciona-se com a ideia do “a priori media” proposta por Kittler que, de certa forma, inverte McLuhan. McLuhan (2007) afirma que as tecnologias são extensões de nossos sentidos e faculdades. Kittler (2010, p. 34, tradução nossa) afirma que nós só passamos a conhecer nossos sentidos a partir das mídias e tecnologias: “Nós não sabíamos de nada a respeito de nossos sentidos até que as mídias nos deram modelos e metáforas”.¹ A grande questão é que tais compreensões de nós mesmos não são apenas metáforas, mas sim modelos de cognição de nossa própria condição. Para Kittler, nossa posição enquanto chamados-homens (“so-called humans”) é sempre determinada pelas condições materiais disponíveis para essa compreensão.

A essa tese polêmica de Kittler acrescentamos outra, decorrente da primeira e de alta relevância para a Semiótica Crítica. Se é que moldamos nosso entendimento a partir da medialidade constitutiva de nossa sociedade e cultura, por que nossa compreensão é sempre moldada pelas formas materiais mais recentes? Kittler (2010) afirma que é justamente pelo fato de que, para podermos nos engajar de forma efetiva nas formas de expressão midiáticas e, de fato, compreendê-las, é preciso deixar que as mesmas enganem nossos sentidos como se os próprios não estivessem presentes:

As mídias se tornaram modelos privilegiados, em conformidade com os quais nosso próprio auto entendimento é moldado, precisamente porque sua meta declarada é ludibriar e evadir-se desse mesmíssimo auto entendimento. Para ser capaz de vivenciar a experiência de um filme, como se diz de maneira tão maravilhosa, simplesmente não podemos ser capazes de ver que 24 imagens individuais aparecem na tela a cada segundo, imagens que possivelmente foram filmadas sob condições totalmente distintas. [...] Em outras palavras, as mídias são modelos do que chamamos de humano precisamente porque foram desenvol-

.....
1 We knew nothing of our senses until media provided us with models and metaphors.

vidas estrategicamente para suplantam os sentidos.
(KITTLER, 2010, p. 35-36, tradução nossa)²

O que Kittler demonstra aqui é uma confirmação das teses de McLuhan acerca dos ambientes. O ambiente nos é invisível. Só compreendemos enquanto materialidades comunicativas aquelas formas de comunicação propostas por tecnologias antigas, e dessa forma contra-ambientais. Sob tal aspecto, torna-se relevante pensar o artifício da cultura – simbólico, como discutíamos anteriormente, e sistêmico, como passaremos a discutir – não como uma espécie de suplemento em relação à natureza, mas como o princípio modelizante de todas as relações possíveis em um dado espaço-tempo.

A Semiótica da Cultura e a Semiótica Crítica

Para os propósitos de uma Semiótica Crítica, conceitos como estruturalidade, modelização e tradução são fundamentais por darem conta das semioses que são próprias do espaço cultural. Não há como falar de estruturalidade sem considerar o espaço de relações que envolve o funcionamento sígnico e sistêmico da cultura. Segundo Lúri Lótman (1996), a cultura é organizada por meio dos mais variados sistemas de linguagem que, modelizados e em diálogo, produzem os textos culturais. A modelização pressupõe a elaboração de modelos que, longe de serem estáticos, são constituídos pela correlação estabelecida entre diferentes invariáveis e variáveis. Enquanto as primeiras funcionam sincronicamente em um determinado momento, evitando a dissipação do sistema, as segundas são frutos das trocas que diferentes esferas estabelecem entre si.

Os intercâmbios entre distintos sistemas são apreendidos por meio da fronteira semiótica edificada entre eles, pela qual se torna possível delinear tanto a individualidade semiótica de cada um, como também as relações tra-

2 Media have become privileged models, according to which our own self-understanding is shaped, precisely because their declared aim is to deceive and circumvent this very self-understanding. To be able to experience a film, as it is so wonderfully called, one must simply not be able to see that 24 individual images appear on the screen every second, images that were possibly filmed under entirely different conditions. [...] In other words, media are models of the so-called human precisely because they were developed strategically to override the senses.

dutórias que eles estabelecem entre si, capazes de redefinir as variáveis como também os vínculos que mantêm a correlação entre as invariáveis, ainda que estas sejam menos permeáveis às mudanças. É pela ação da fronteira que ocorre a discriminação do processo de modelização, responsável por conferir uma determinada estruturalidade para os mais variados sistemas existentes na cultura. Nesse sentido, a estruturalidade pode ser entendida como um “dinamismo modelizante” (MACHADO, 2003, p.158), edificado pela correlação estabelecida entre diferentes códigos, da qual resulta uma determinada forma de organização para as linguagens relacionadas aos sistemas, de modo que “o sistema modelizante cria estruturalidades ao mesmo tempo em que é determinado por ela num processo de impregnação mútua”. (MACHADO, 2003, p. 159) Dessa forma, aliada à capacidade modelizante, a estruturalidade constituiria uma das propriedades centrais da cultura, visto que, segundo Lótman (2000), não há linguagem que não esteja imersa na cultura, da mesma forma que não há cultura que não possua no seu centro um mecanismo capaz de conferir estruturalidade aos sistemas.

Tais sistemas se comunicam por traduções, cujos intercâmbios, longe de serem harmônicos, ocorrem de forma extremamente conflitiva e assimétrica, dada a própria diversidade dos códigos colocados em diálogo, o que faz que o espaço da semiosfera se caracterize, essencialmente, pela irregularidade.

A partir de tais considerações, identificamos alguns aspectos fundantes da Semiótica da Cultura que, por sua vez, apresentam questões relevantes para o desenvolvimento de uma Semiótica Crítica. Em primeiro lugar, preconizamos que um parâmetro é sempre incapaz de elucidar o significado total de um texto, logo, não há padrões explicativos universalizantes. Em segundo lugar, reconhecemos que a linguagem possui uma comunicabilidade própria, uma vez que ela não é “apenas” portadora de um sentido referente a algo distinto dela própria, passível de ser meramente desvelado. Tal comunicabilidade somente pode ser apreendida mediante a delimitação da fronteira semiótica, pela qual se torna possível discriminar seu processo construtivo. Em terceiro lugar, identificamos a impossibilidade de dissociar a comunicação do estudo da cultura, já que os intercâmbios entre sistemas ocorrem median-

te relações comunicativas de alta complexidade. Em quarto, reconhecemos que o estudo da comunicação não se limita a abordagens antropocêntricas, o que nos aproxima da perspectiva dos autores pós-estruturalistas da terceira fase dos estudos semióticos anteriormente apresentados. Em quinto lugar, e derivado da perspectiva anterior, entendemos que a cultura possui uma inteligência própria, capaz de ser apreendida pelas relações comunicativas estabelecidas entre diferentes sistemas. Por fim, rejeitamos os estudos que se limitam às perspectivas identitárias, uma vez que não cabe à semiótica aclarar “qual é o sentido de um texto”, mas oferecer os subsídios epistemológicos capazes de interrogar a própria possibilidade de conhecimento da linguagem e o tipo de conhecimento que ela é capaz de suscitar.

Assim, da Semiótica da Cultura, a Semiótica Crítica herda os princípios da estruturalidade, do espaço semiótico, dos sistemas, das modelizações e da tradução, sendo esta fundamental para que se pense o estatuto da comunicação.

Comunicar é traduzir

Se todo texto é um tecido de citações sem aspas (BARTHES, 1989), se toda linguagem é por natureza dialógica e social, conforme nos mostram os textos polifônicos (BAKHTIN, 2008), nisto reside também a garantia de uma possibilidade de analisar esta produtividade como agenciamentos prévios ao sentido. Um texto sempre mobiliza outros textos. Trata-se de relacioná-los, restituindo um espaço de intertextualidade a partir do qual se pode apontar para o trabalho de transformação. Restituir um conjunto intertextual, desta perspectiva, não é um retorno às fontes, mas, sim, paradoxalmente, o ato pelo qual se desfaz toda origem.

Kristeva (1974-2012) analisou a significância do texto de vanguarda do fim do século XIX, desdobrando-a, para tanto, na oposição (somente operacional) de genotexto e fenotexto. O fenotexto constitui o sistema de signos que aparece em uma determinada individuação - é de onde se parte para descrever o genotexto, trabalho de transformação de uma estrutura comunicativa. O fenotexto aparece enquanto estrutura com autor, destinatário e

mensagem significada, mas oculta a redistribuição ativa da língua, das regras gramaticais e da lógica.

Para compreender o genotexto, deve-se partir do fenotexto como sistema de significação e de relação com outros textos. As operações de transformação aparecem, desta perspectiva, como efeitos de significação estabelecidos no trânsito entre o texto-presente e os outros textos do conjunto intertextual considerado. A atualização destes textos envolve, portanto, um trabalho de tradução, entendida não como a reapresentação de um significado original que se deva preservar, mas como transcrição de formas.

Reconfigurada por Haroldo de Campos como recriação e crítica, a prática tradutória torna-se um dispositivo de construção de uma tradição ao operar uma renovação da forma do “original” traduzido. (NÓBREGA; TÁPIA, 2013) Nessa operação, trata-se de “limpar” esta forma daquilo que não tem relevância para o presente, reinserindo a tradição no desenvolvimento vivo da linguagem ao mesmo tempo em que a transforma. Tanto a linguagem de chegada é expandida pelo influxo violento da linguagem traduzida quanto a linguagem traduzida é transformada pelo presente inserido na tradição (o original se torna a tradução da tradução). Eis aí descritos os parâmetros de uma semiótica propriamente política: semiótica que transcriba as estruturas da linguagem.

Apontamentos

Quando Gilles Deleuze e Félix Guattari (1995, p. 97) defenderam no início da década de 1980 que “a linguagem é caso de política antes de ser caso de linguística” estavam chamando a atenção para um deslocamento fundamental: do sistema da língua (verbal) para os agenciamentos maquínicos dos corpos e coletivos de enunciação que, para Guattari (2013), formam semióticas cuja constituição nos caberia descrever *a posteriori* como Máquina Abstrata.

Tal concepção de Semiótica exigiu de nós que construíssemos alguns problemas de pesquisa comuns às investigações que realizamos e que aqui as apresentamos sumariamente como desafios para uma Semiótica Crítica:

- 1º desafio: as semióticas – mais amplas que as linguagens verbais – devem ser reconhecidas nos agenciamentos que as constituem. Assim, estudamos regimes de corpos, por um lado, e regimes de enunciações por outro. Tais regimes não se desenvolvem necessariamente na mesma temporalidade. O que se diz sobre a loucura, nos ensina Foucault (1978), não é a outra face dos corpos visíveis que a compõem. Há entre o que se vê e o que se diz temporalidades diferenciadas e uma relação às vezes de complementariedade e em outras de forte tensão, com picos de desterritorializações capazes de levar a semiose a reterritorializações não previsíveis: um novo fascismo? Uma obra de arte? Impossível responder de antemão. Assim, da mesma maneira que Hjelmslev deslocou os conceitos de Significante e Significado para os de Expressão e Conteúdo, criando uma verdadeira máquina espinosista a partir das relações entre forma, substância e matéria; operamos, no GPESC, um segundo deslocamento para problematizar a Semiótica, agora na direção dos Agenciamentos Maquínicos dos Corpos e Coletivos de Enunciação.
- 2º. desafio: o signo, nesta pragmática advinda do pós-estruturalismo, é pensado no cruzamento entre os agenciamentos maquínicos dos corpos e coletivos de enunciação. Ele, na semiose, é acontecimento. Essa dimensão acontecimental do signo é fundamental para nós. O acontecimento é aquilo que deriva da mistura de corpos (as enunciações aqui também aparecem como corpos). Sua estruturalidade – a do signo – corresponde precisamente aos modos como são agenciados corpos e linguagens em um dado regime político.
- 3º. desafio: se os signos são acontecimentos, na esteira de Foucault (1995) os concebemos como enunciados cuja regularidade tende a produzir normalizações. Não é, portanto, a estrutura que se busca quando se opera com esta proposta de Semiótica Crítica, mas as regularidades que normalizam regimes de signos.
- 4º. desafio: a questão da estrutura esteve na tradição semiótica ligada à esfera do possível. Para que se pense uma Semiótica Crítica, nos termos aqui propostos, faz-se necessário pensá-la como

virtualidade, criadora tanto de regras (língua) quanto de falas. Tal deslocamento evidencia o exato espaço em que se pode conceber a Semiótica antes como questão de política do que de linguística.

- 5º. desafio: a descrição dos regimes de signos não é a descrição de estruturas universais, mas a construção de diagramas capazes de evidenciar os percursos pelos quais diferentes agenciamentos se conectam. O produto desse diagrama é o que se pode definir como Máquina Abstrata. A Máquina Abstrata não é apriorística; ao contrário, ela só se torna enunciável depois de evidenciados os agenciamentos que a constituem.
- 6º. desafio: a política aqui é pensada no espaço microfísico dos agenciamentos, é pós-humana. Logo, ela não é necessariamente prática de um sujeito; mas, ao contrário, é o que produz sujeitos, objetos e relações. Bruno Latour (2010) permite entrever serem as redes e suas múltiplas conexões o lugar semiótico por excelência para que se pensem tais conexões. Logo, a política é uma micropolítica que, na semiose, instaura nossos regimes de visibilidade e de dizibilidade, evidenciando ao mesmo tempo os limites e as potencialidades daquilo que pode vir a ser instituído.
- 7º. desafio: a matéria semiótica dos agenciamentos micropolíticos de corpos e de enunciações é aquilo a que Michael Hardt e Antônio Negri (2014) denominam Multidão. A multidão é a um tempo incommensurável, zeroidade, potência, e também semiose, diferenciação, podendo atualizar-se nas mais diferentes figuras políticas, sendo a classe apenas uma entre tantas. Na multidão encontramos a configuração da política cujas máquinas abstratas queremos descrever.

Tais problemas sumariamente apresentados – os agenciamentos, o acontecimento, a virtualidade, os regimes de signos, a multidão, as micropolíticas do pós-humano e a máquina abstrata – constituem os dispositivos a partir dos quais temos pensado no GPESC os problemas semióticos do tempo presente.

Referências

- BAKHTIN, M. *Problemas da poética de Dostoiévski*. Tradução de Paulo Bezerra. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- BARTHES, R. The death of the author. In: BARTHES, R. *The rustle of language*. Berkeley: University of California Press, 1989. p. 49-55.
- BENJAMIN, W. A tarefa do tradutor. In: TÁPIA, M.; NÓBREGA, T. M. (Org.). *Haroldo de campos: transcrição*. São Paulo: Perspectiva, 2013. p. 211-213.
- BRYANT, L. R. *Onto-cartography: an ontology of machines and media*. Edimburgo: Edinburgh University Press, 2014.
- CAMPOS, H. Da tradução como criação e como crítica. In: TÁPIA, M.; NÓBREGA T. M. (Org.). *Haroldo de Campos: transcrição*. São Paulo: Perspectiva, 2013a. p. 1-19.
- CAMPOS, H. Da transcrição: poética e semiótica da operação tradutora. In: TÁPIA, M.; NÓBREGA T. M. (Org.). *Haroldo de campos: transcrição*. São Paulo: Perspectiva, 2013b. p. 77-104.
- CAMPOS, H. Tradução/transcrição/transculturação. In: M. TÁPIA; T.M. NÓBREGA (Org.). *Haroldo de campos: transcrição*. São Paulo: Perspectiva, 2013c. p. 155-156.
- COELHO, E. P. Introdução. In: COELHO, E. P. *Estruturalismo: antologia de textos teóricos*. Barcelo: Portugalia, 1968.
- DARWIN, C. *A origem das espécies*. São Paulo: Martin Claret, 2014.
- DELEUZE, G. *Crítica e clínica*. São Paulo: Ed. 34, 1997.
- DELEUZE, G. *Espinosa: filosofia prática*. São Paulo: Escuta, 2002.
- DELEUZE, G. *A ilha deserta*. São Paulo: Iluminuras, 2010.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia*. São Paulo: Ed. 34, 1995. v. 1.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *O que é a filosofia?* São Paulo: Ed. 34, 2010.
- DE MAURO, T. *Cours de linguistique générale*. Paris: Payot, 1972.
- FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.
- FOUCAULT, M. *História da loucura*. São Paulo: Perspectiva, 1978.
- GUATTARI, F. *Líneas de fuga: por outro mundo de posibles*. Buenos Aires: Cactus, 2013.
- HARDT, M.; NEGRI, A. *Multidão: guerra e democracia na era do império*. Rio de Janeiro: Record, 2014.
- IBRI, I. A. Ser e aparecer na filosofia de Peirce: o estatuto da fenomenologia. *Cognitio, Revista de Filosofia*, n. 2, p. 67-75, 2001. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/cognitiofilosofia/article/view/13481>>. Acesso em: 1 jun. 2015.

- KITTLER, F. *Optical media*. Nova York: Polity Press, 2010.
- KRISTEVA, J. *Introdução à semanálise*. São Paulo: Perspectiva, 2012.
- KRISTEVA, J. *Révolution du langage poétique*. Paris: Éditions du Seuil, 1974.
- LACAN, J. *Escritos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.
- LATOUR, B. *Jamais fomos modernos: ensaios de uma antropologia simétrica*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 2010.
- LÉVI-STRAUSS, J. *Antropologia estrutural*. São Paulo: Coxac Naify, 2008.
- LÓTMAN, Y. *La semiosfera*. Madrid: Cátedra, 1996.
- LÓTMAN, I. *La semiosfera III: semiótica de las artes y de la cultura*. Traducción Desiderio Navarro. Madrid: Ediciones Frónesis Cátedra Universitat de València, 2000.
- LÓTMAN, Y. *Semiótica de la Cultura*. Madrid: Cátedra, 1979.
- MACHADO, I. *Escola de semiótica: a experiência de Tártu-Moscou para o estudo da cultura*. Cotia: Ateliê Editorial: FAPESP, 2003.
- MACHADO, I. *Viéses da comunicação: explorações de Marshall McLuhan*. São Paulo: Annablume, 2014.
- MCLUHAN, M. *Os meios de comunicação como extensões do homem*. São Paulo: Cultrix, 2007.
- NÓBREGA, T. M.; TÁPIA, M. (Org.). *Haroldo de campos: transcrição*. São Paulo, SP: Perspectiva, 2013.
- PIAGET J. *A epistemologia genética*. Petrópolis: Vozes, 1971.
- PLAZA, J. *Tradução interSemiótica*. São Paulo: Perspectiva, 2008.
- PEIRCE, C. S. *Écrits sur les signes*. Paris: Éditions du Seuil, 1978.
- SILVA, A. R.; ARAUJO, A. C. S. Semiótica crítica: materialidades, acontecimento e micropolíticas. *Intexto*, Porto Alegre, n. 34, p. 132-145, ago./dez. 2015.
- WHITEHEAD, A. N. *Process and reality: an essay in cosmology*. Nova Iorque: The Free Press, 1978.